

LÍNGUA PORTUGUESA

O direito de não sentir medo

1 A pesquisa do Datafolha revela o que se poderia classificar como
2 "carece" dos jovens -- seus projetos mais importantes são trabalho, estudo e
3 família. Nenhuma de suas principais referências adultas demonstram
4 quaisquer sinais de contestação. A maioria, segundo a pesquisa, se diz de
5 "direita". O jovem ficou velho? Não, é apenas esperteza pragmática, com
6 toques de sabedoria.

7 Essa geração nasceu em um Brasil amedrontado, com a violência se
8 espalhando por todos os lados -- uma violência que se associa às drogas. É
9 um país amedrontado também pela falta de perspectivas; o desemprego
10 atinge com força os jovens e, especialmente, os mais pobres.

11 Nasceram, em suma, num país sem esperança, desequilibrado
12 emocionalmente por causa do medo cotidiano, com difícil acesso ao mercado
13 de trabalho e, para completar, com escolas ainda piores do que já foram.
14 Nessa loucura, eles querem apenas a paz de sentir o gosto de controlarem
15 suas vidas e prosperarem, confiando mais neles próprios do que em
16 salvadores da pátria. Querem apenas o direito de viver sem tanto medo.

17 O recado para nós, adultos, é claríssimo -- eles querem que os
18 governantes centrem mais e mais sua atenção no desenvolvimento do capital
19 humano que, em resumo, significa a possibilidade de descobrir e desenvolver
20 habilidades, sentindo-se autônomos. Isso é o que, segundo eles dizem na
21 pesquisa do Datafolha, significa sonho.

Gilberto Dimenstein

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/pensata/gilbertodimenstein/ult508u426693.shtml>

COM BASE NO TEXTO, ASSINALE A ALTERNATIVA QUE COMPLETA CORRETAMENTE AS QUESTÕES DE 01 A 10.

01. No texto, os jovens brasileiros são vistos como

- (A) reacionários e sonhadores.
- (B) amedrontados e covardes.
- (C) conservadores e objetivos.
- (D) desequilibrados emocionalmente.

02. Entre as causas que explicariam o comportamento dos jovens brasileiros, o autor cita o(a)

- (A) esperteza pragmática dos governantes.
- (B) violência, a falta de perspectiva e o desemprego.
- (C) atenção dada ao desenvolvimento do capital humano.
- (D) falta de referências adultas e o difícil acesso ao mercado de trabalho.

03. De acordo com dados obtidos pelo Datafolha, o sonho dos jovens brasileiros é

- (A) lutar contra a violência no Brasil.
- (B) encontrar um verdadeiro salvador da pátria.
- (C) participar de movimentos políticos contestatórios.
- (D) ter autonomia e controle sobre suas próprias vidas.

04. Quanto ao gênero e ao tipo, o texto de Dimenstein é um

- (A) editorial em que se descreve o jovem brasileiro.
- (B) artigo jornalístico, claramente informativo e argumentativo.
- (C) relato que focaliza momentos da história recente do Brasil.
- (D) artigo de vulgarização científica que revela sérios dados de pesquisa.

05. Quanto aos fatos da língua, é correto afirmar que

- (A) as aspas foram utilizadas na palavra “ceticismo” (linha 2) para sinalizar um neologismo.
- (B) a próclise em “uma violência que se associa às drogas” (linha 8) justifica-se pelo uso do registro informal.
- (C) “prosperar”, em “a paz de sentir o gosto de [...] prosperarem” (linhas 14-15), é, quanto à regência verbal, um verbo intransitivo.
- (D) a locução “em suma”, no enunciado “Nasceram, em suma, num país sem esperança” (linha 11), introduz uma consequência.

06. Haverá alteração de sentido, se substituirmos

- (A) “se associa às” por “tem relação com as” em “uma violência que se associa às drogas” (linha 8).
- (B) “classificar” por “considerar” em “o que se poderia classificar como ‘ceticismo’ dos jovens” (linhas 1-2).
- (C) “amedrontado” por “atemorizado” em “Essa geração nasceu em um Brasil amedrontado” (linha 7).
- (D) “centrem” por “dispersem” em “eles querem que os governantes centrem mais e mais sua atenção” (linha 17-18).

07. Em relação ao sistema ortográfico e ao uso do sinal indicativo de crase, está correto o que se afirma em:

- (A) o vocábulo “país” é acentuado porque é oxítono tônico.
- (B) “família”, “pátria” e “difícil” seguem a mesma regra de acentuação.
- (C) “pragmático”, “autônomo” e “claríssimo” são palavras proparoxítonas.
- (D) o uso da crase em “uma violência que se associa às drogas” (linha 8) é optativo.

08. A correlação entre o pronome e seu referente está indicada corretamente em:

- (A) “eles” refere-se a “jovens” em “eles querem apenas a paz” (linha 14).
- (B) “os” refere-se a “pobres” em “especialmente, os mais pobres” (linha 10).
- (C) “que” refere-se a “drogas” em “uma violência que se associa às drogas” (linha 8).
- (D) “eles” refere-se a “adultos” em “eles querem que os governantes centrem mais e mais sua atenção” (linha 17-18).

09. Em “Nasceram, em suma, num país sem esperança” (linha 11), o verbo está no plural porque

- (A) seu sujeito é plural.
- (B) seu sujeito é composto.
- (C) tem uma oração como sujeito.
- (D) obedece a uma concordância ideológica.

10. Em correspondência oficial endereçada aos chefes de Poder, é adequado utilizar no vocativo e no fecho os seguintes termos:

- (A) “Senhor...” e “Cordialmente”.
- (B) “Digníssimo Senhor...” e “Amigavelmente”.
- (C) “Meritíssimo Senhor...” e “Atenciosamente”.
- (D) “Excelentíssimo Senhor...” e “Respeitosamente”.

LEGISLAÇÃO

11. A Lei nº 483 de 18 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Civis da Administração Direta, Autarquias, Fundações Públicas e Câmara Municipal de Xinguara, Estado do Pará, considera como requisito básico para investidura em cargo público:

- (A) a idade mínima de 21 anos.
- (B) escolaridade superior.
- (C) quitação com obrigações financeiras.
- (D) o gozo dos direitos políticos.

12. É condição essencial para investidura do cargo público a:

- (A) aprovação em concurso público.
- (B) vacância legal.
- (C) posse.
- (D) realização de prova de títulos.

13. O concurso público terá validade de até:

- (A) 2 (dois) anos, sendo improrrogável.
- (B) 3 anos, podendo ser prorrogado uma vez por igual período.
- (C) 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.
- (D) 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por mais um ano.

14. A estabilidade do servidor público, dar-se-á:

- (A) após dois anos de efetivo exercício funcional.
- (B) após três anos de efetivo exercício funcional.
- (C) após sentença judicial transitada em julgado.
- (D) após nomeação em concurso público.

15. Sobre a gratificação natalina do servidor público, é correto afirmar que:

- (A) corresponde a 1/12 (um doze avos) da remuneração a que o servidor fizer jus no mês de dezembro, por mês de exercício no ano anterior.
- (B) corresponde a 1/12 (um doze avos) das gratificações a que o servidor fizer jus no mês de dezembro, por mês de exercício no respectivo ano.
- (C) corresponde a 1/12 (um doze avos) da remuneração a que o servidor fizer jus no mês de dezembro, por mês de exercício no respectivo ano.
- (D) corresponde a 1/12 (um doze avos) mais 1/3 (um terço) da remuneração a que o servidor fizer jus no mês de dezembro, por mês de exercício no respectivo ano.

16. Entende-se por inassiduidade habitual a falta ao serviço:

- (A) com causa justificada, por sessenta dias, interpoladamente, durante o período de doze meses.
- (B) sem causa justificada, por trinta dias, interpoladamente, durante o período de doze meses.
- (C) sem causa justificada, por sessenta dias, interpoladamente, durante o período de seis meses.
- (D) sem causa justificada, por sessenta dias, interpoladamente, durante o período de doze meses.

17. Sobre o(s) vencimento(s) de cargo efetivo, é correto afirmar que:

- (A) são irredutíveis.
- (B) poderão ser reduzidos de acordo com o interesse da administração pública.
- (C) não serão acrescidos de outra vantagem.
- (D) não possuem valor fixado em lei.

18. De acordo com a Lei nº 483/2001, da prefeitura municipal de Xinguara, os servidores cumprirão jornada de trabalho de:

- (A) oito horas diárias com intervalo de duas horas para almoço ou seis horas diretas sem nenhum intervalo, obedecendo à duração máxima de trabalho durante a semana de quarenta horas e a mínima de trinta horas.
- (B) oito horas diárias com intervalo de duas horas para almoço ou seis horas diretas com intervalo de quinze minutos para o lanche, obedecendo à duração máxima de trabalho durante a semana de quarenta e quatro horas e a mínima de trinta horas e seis.
- (C) oito horas diárias com intervalo de duas horas para almoço, obedecendo à duração máxima de trabalho durante a semana de quarenta horas.
- (D) oito horas diárias com intervalo de duas horas para almoço ou seis horas diretas com intervalo de quinze minutos para o lanche, obedecendo à duração máxima de trabalho durante a semana de quarenta horas e a mínima de trinta horas.

19. À forma de provimento, em cargo mais compatível com o servidor que tenha sofrido limitação em sua capacidade física e mental, verificada em inspeção médica oficial, denomina-se:

- (A) readaptação.
- (B) promoção.
- (C) reversão.
- (D) reintegração.

20. Sobre a promoção funcional, é correto afirmar que:

- (A) interrompe o tempo de exercício na carreira.
- (B) não interrompe o tempo de exercício na carreira.
- (C) será efetivada somente a funcionários que ocupam cargos vagos.
- (D) não assegura maior vencimento base ao servidor.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Segurança do trabalho pode ser definida como a ciência que, através de metodologia e técnicas apropriadas, estuda as possíveis causas de acidentes do trabalho, objetivando a prevenção de suas ocorrências. Quanto às generalidades, acerca da mesma está INCORRETO afirmar:

- (A) o Decreto-lei nº 7.036, de 10 de novembro de 1944, institui a obrigatoriedade de criação de Comissão Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho nas empresas.
- (B) temos as NRR de Segurança e Medicina do Trabalho, tratando cada uma de um tema específico do trabalho urbano.
- (C) a OIT é o organismo de âmbito mundial, que tem a incumbência de uniformizar a legislação de proteção ao trabalho, inclusive o Brasil é um de seus fundadores.
- (D) a FUNDACENTRO é considerada a maior entidade brasileira de pesquisa na área de prevenção de acidentes do trabalho.

22. O acidente de trabalho legalmente é conceituado como aquele que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço de uma empresa, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho. Outras situações são legalmente consideradas como acidente de trabalho inclusive

- (A) a doença proveniente de contaminação acidental do desempregado no exercício de sua atividade doméstica.
- (B) o acidente de qualquer natureza ou causa no exercício do trabalho pelo trabalhador autônomo mesmo no seu dia de folga uma vez que é remunerada.
- (C) o sofrido pelo trabalhador no local e horário do trabalho em consequência de ofensa física intencional, por motivo de disputa relacionada ao trabalho.
- (D) o acidente de trajeto entre a residência e o trabalho ou vice-versa, sempre independente do itinerário habitual e o tempo normalmente gasto pelo trabalhador doméstico.

23. As Normas Regulamentadoras, relativas à segurança e medicina do trabalho, são de observância obrigatória pelas empresas privadas e públicas e pelos órgãos públicos da administração direta e indireta. Cada uma trata de um tema específico. Quanto a elas, está correto afirmar:

- (A) a Norma Regulamentadora nº 17 trata do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional.
- (B) a Norma Regulamentadora nº 21 trata das condições sanitárias e do conforto nos locais de trabalho.
- (C) a Norma Regulamentadora nº 19 trata do Depósito, Manuseio e Armazenagem de Explosivos.
- (D) a Norma Regulamentadora nº 19 trata do Programa de prevenção de riscos ambientais.

24. A quinta Norma Regulamentadora do trabalho urbano, cujo título é Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, estabelece a obrigatoriedade de as empresas públicas e privadas organizarem e manterem em funcionamento tal comissão, por cada estabelecimento. Sobre sua constituição podemos afirmar:

- (A) cada CIPA será composta integralmente de representantes dos empregados Presidente e Vice-Presidente, titulares e suplentes, escolhidos entre eles.
- (B) o mandato dos membros eleitos da CIPA terá duração de 3 (três) anos, permitida uma reeleição.
- (C) os titulares da representação dos empregados nas CIPA sofrerão despedida arbitrária quando houver necessidade de redução de número de trabalhadores para proteger o emprego dos demais trabalhadores.
- (D) os empregados elegerão entre eles o Vice-presidente titular da CIPA.

25. A vigésima terceira Norma Regulamentadora, cujo título é Proteção contra Incêndios, estabelece as medidas de proteção contra incêndio de que devem dispor os locais de trabalho, visando à proteção da saúde e da integridade física dos trabalhadores. Quanto às classes de incêndio existentes, podemos afirmar:

- (A) os da Classe “A” têm como característica básica o fato de que a queima se dá na superfície e em profundidade e, após a queima, deixam resíduos (cinzas e brasas).
- (B) os da Classe “B” têm como característica básica o fato de que a queima se dá na superfície e, após a queima, deixam resíduos (cinzas e brasas).
- (C) os da Classe “D” têm como característica principal a presença da corrente elétrica.
- (D) os da Classe “C” têm como característica básica o fato de que a queima se dá na superfície e, após a queima, deixam resíduos (cinzas e brasas).

26. As empresas são obrigadas a fornecer aos empregados, gratuitamente, equipamento de proteção individual adequado e em perfeito estado de conservação e funcionamento, sempre que as medidas de ordem coletiva não ofereçam completa proteção contra riscos de acidentes e danos à saúde dos empregados. Quanto ao uso de Equipamentos de Proteção Individual - EPI nos locais de trabalho, pode-se afirmar:

- (A) é de responsabilidade do empregado a higienização e manutenção periódica do EPI.
- (B) para fins de comercialização, todos EPI terão validade de 1 (um) mês, podendo ser renovado, ficando reservado a SSST o direito de estipular os prazos de validade inferiores, quando julgar necessário.
- (C) todo EPI deverá apresentar, em caracteres indelévels e bem visíveis, o Nome Comercial da Empresa Fabricante ou Importadora e o Número do CA.
- (D) o empregado não precisa comunicar ao empregador qualquer alteração que o torne impróprio para o uso, pois isso somente é papel da CIPA.

27. A Ergonomia visa a estabelecer parâmetros que permitam a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, de modo a proporcionar um máximo de conforto, segurança e desempenho eficiente. Na prática, podemos considerar ações ergonômicas corretas quanto ao ambiente de trabalho e ao mobiliário:

- (A) índice de temperatura efetiva entre 10 e 22° C nos locais de trabalho que exigem solicitação intelectual e atenção constante.
- (B) velocidade do ar superior a 0,15m/s e a umidade relativa do ar inferior a 40 (quarenta) por cento.
- (C) para trabalho que tenha de ser feito com os pés, a velocidade do ar deve ser superior a 0,15m/s e a umidade relativa do ar inferior a 40 (quarenta) por cento.
- (D) assentos utilizados nos postos de trabalho com altura ajustável à estatura do trabalhador e à natureza da função exercida com borda frontal arredondada.

28. A Norma Regulamentadora do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, estabelece que é obrigatória a elaboração e implementação, por parte de todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados, de ações de promoção e preservação da saúde do conjunto dos seus trabalhadores. Quanto aos exames médicos previstos em tal Norma está incorreto afirmar:

- (A) a primeira via do ASO ficará arquivada no local de trabalho do trabalhador, inclusive frente de trabalho ou canteiro de obras, para fins de fiscalização.
- (B) a primeira, a segunda e a terceira vias do ASO ficarão arquivadas no local de trabalho do trabalhador, inclusive frente de trabalho ou canteiro de obras, para fins de fiscalização.
- (C) o exame de retorno ao trabalho será realizado obrigatoriamente no primeiro dia da volta ao trabalho de trabalhador ausente por 30 (trinta) dias ou mais, exceto férias.
- (D) o exame médico de mudança de função, será obrigatoriamente realizado antes da data da mudança.

29. Somente uma etapa abaixo não faz parte da seqüência de etapas no desenvolvimento do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais

- (A) registro, publicação em revista especializada da área de saúde e segurança no trabalho e divulgação de dados coletados no local de trabalho.
- (B) estabelecimento de prioridades e metas de avaliação e controle.
- (C) avaliação dos riscos e da exposição dos trabalhadores.
- (D) antecipação e reconhecimento de riscos.

30. A padronização das cores a serem utilizadas como sinalização de segurança nos ambientes de trabalho, visa a proteger a saúde e a integridade física dos trabalhadores. A Norma Regulamentadora especifica as seguintes disposições quanto à utilização de cores nos locais de trabalho

- (A) o uso de cores deverá ser o mais variado possível, a fim de não ocasionar distração, confusão e fadiga ao trabalhador, escolhendo cores claras em sua maioria.
- (B) a utilização de cores dispensa o emprego de outras formas de prevenção de acidentes.
- (C) a cor verde será empregada para identificar porta de entrada de salas de curativos de urgência, caixas de equipamentos de socorro de urgência.
- (D) a cor branca será utilizada para indicar canalizações de inflamáveis e combustíveis de alta viscosidade (ex: óleo lubrificante).